

PMSP - SUBPREFEITURA GUAIANASES

Termo de Referência 18/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
18/2026	925074-PMSP - SUBPREFEITURA GUAIANASES	MARIA DA CONCEICAO XAVIER	15/04/2026 12:09 (v 0.8)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		6038.2026.0000930-3

1. Definição do objeto

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VIAS, LOGRADOUROS, ÁREAS PÚBLICAS E DESFAZIMENTO, À SUBPREFEITURA DE GUAIANASES, através de 04 equipes, pelo período de 12 meses, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÊS	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	TOTAL ANUAL (12 MESES)
1	Prestação de Serviços De Manutenção De Vias, Logradouros, Áreas Públicas E Desfazimento	equipe	04	R\$162.228,76	R\$ 648.915,04	R\$ 7.786.980,48

- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(s) a partir da data indicada em Ordem de Início de Serviços, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O serviço é enquadrado como continuado sendo a vigência plurianual mais vantajosa.
- 1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no P.L.O.A 2026.

Os serviços de Conservação de Vias e Logradouros e Desfazimento são imprescindíveis para a manutenção, conservação e zeladoria da cidade, trazendo melhor qualidade de vida aos moradores, tornando o visual mais bonito, bem como minimizando risco de acidentes.

Em logradouros públicos uma gestão eficiente demanda por manutenções civis, tais como construção e manutenção de sarjetas e sarjetões, Conservação e reparos em passeios públicos, reparo e instalação de guias de concreto, zeladoria das praças e parque, caiação de guias e postes e o desfazimento de construções irregulares de alvenaria e madeira remoção de cercas e demarcações de áreas, remoção de materiais de construção, entulhos, restos de construções e grandes objetos.

Tais ações desempenham um papel crucial na garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos, como o direito de acesso a serviços, segurança e preservação da dignidade humana. A manutenção diligente desses espaços não apenas promove a eficiência operacional, mas também reafirma o compromisso do poder público com o bem-estar e a qualidade de vida dos munícipes.

Investir na proteção e bem-estar dos cidadãos dentro desses espaços é investir no próprio progresso e na qualidade de vida da comunidade como um todo.

3. Descrição da solução

3.1 Contratação de serviços de conservação vias e logradouros e desfazimento, através de 4 equipes, pelo período de 12 meses, para atender demandas desta Subprefeitura Guaianases

3.2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão se restringir à seguinte natureza:

- conservação, alteamento, troca e rebaixamento de guias;
- conservação de passeios, canteiros, sarjetas e sarjetões;
- conservação de calçamentos em paralelepípedos, concreto, pedra portuguesa e demais tipos de revestimentos;
- conservação de floreiras, canteiros, escadarias, rampas, muretas, brinquedos e similares em praças e áreas públicas;
- pintura de guias, postes, gradis de pontes e viadutos;
- conservação de bocas de lobo e boca de leão, incluindo troca, nivelamento e assentamento perfeito da tampa da boca de lobo e de tampões de poços de visita;
- conservação e reparos no interior e acessos dos túneis e passagens inferiores, como revestimento das paredes, e sistema de captações de águas pluviais, apoio das vigas de sacrifício;
- alambrados, placas de identificação, "guard-rail", muretas New Jersey; elementos de concreto orientadores do tráfego;
- desfazimento de construções irregulares de alvenaria e madeira;
- remoção de cercas e demarcações de áreas;
- remoção de materiais de construção, entulhos, restos de construções e grandes objetos, inclusive infraestrutura, colocados, assentados ou construídos irregularmente em áreas de proteção ambiental, margens de córregos e rios, localizadas em vias, logradouros públicos, áreas municipais e imóveis públicos e privados, com a utilização de equipamentos manuais, mecânicos e/ou hidráulicos e reposição do solo no local;
- remoção do material excedente e restos de entulho.

LOCAL: áreas sob jurisdição desta Subprefeitura Guaianases

A quantificação dos serviços executados deverá constar da ficha de produção diária, acompanhada de relatório fotográfico do serviço executado, discriminando todas as atividades desenvolvidas pela equipe para verificação da produtividade.

Deverão ser tiradas 03 (três) fotos:

1ª foto antes, demonstrando a situação da área que será objeto da intervenção por parte da equipe;

2ª durante, demonstrando a área e a respectiva equipe executando efetivamente os serviços;

3ª após, demonstrando a área finalizada, após a intervenção por parte da referida equipe.

As fotos devem ser tomadas do mesmo ponto de referência, registrar de maneira objetiva os serviços executados, e devem ainda, serem proporcionais à área de intervenção de modo a comprovar os serviços em toda a sua extensão, a fim de demonstrar antes, durante e depois da execução dos serviços.

A contratada providenciará, por meio do Técnico componente da equipe, os relatórios fotográficos diários que acompanharão o relatório diário e farão parte da medição mensal dos serviços.

Os resíduos oriundos dos serviços deverão ser recolhidos e retirados imediatamente após a conclusão dos trabalhos, não podendo permanecer no local após o término da jornada de trabalho.

A descarga dos resíduos deverá ser efetuada pela empresa contratada em local indicado pela Prefeitura.

A equipe poderá ser desmembrada, a critério da fiscalização, para atendimento de serviços em locais distintos, desde que mantido o acompanhamento pelos responsáveis

3.3. CONSTITUIÇÃO DA EQUIPE

3.3.1. Mão de Obra - O serviço será executado por uma equipe composta de:

- **01(um) técnico** – nível médio (formação em edificações ou construção civil);
- **03 (três) pedreiros;**
- **07 (sete) serventes;**

Os funcionários deverão ser registrados e todos os encargos fiscais e trabalhistas ficarão por conta da Contratada

3.4 DAS FERRAMENTAS E MATERIAIS

Todas as ferramentas e materiais deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, em perfeito estado de uso e devem ser acompanhadas de todos os acessórios para a correta execução dos serviços.

Ferramentas e material de sinalização (sugerido):

- 04 (quatro) alavancas lisas de 1,50m para guias;
- 02 (dois) arcos de serra com 10 lâminas para troca por mês;
- 02 (duas) desempenadeiras de plástico corrugadas;
- 02 (duas) desempenadeiras de plástico lisas;
- 04 (quatro) esquadros de aço temperado metálico 12";
- 02 (dois) facões de 18";
- 02 (dois) machados;
- 04 (quatro) marretas de 1kg;
- 04 (quatro) marretas de 5kg;
- 02 (dois) martelos para pedreiro;
- 04 (quatro) ponteiros;
- 04 (quatro) talhadeiras;
- 02 (dois) tambores / bombonas de 200 litros para transporte de água;
- 01 (uma) máquina tipo guilhotina para corte de aço até 1/2";
- 01 (uma) tesoura para corte de aço até 1/4";
- 02 (dois) torquês;
- 02 (dois) serrotes de 20 ";
- 02 (dois) martelos tipo carpinteiro;
- 08 (oito) pás sendo 4 de bico e 4 quadradas;
- 08 (oito) enxadas;
- 08 (oito) espátulas;
- 08 (oito) escovões de aço;
- 04 (quatro) picaretas;
- 08 (oito) vassourões;

- 04 (quatro) carrinhos de mão de pneus com câmeras, em chapa 18 reforçada;
- 08 (oito) brochas;
- 10 (dez) cones de sinalização pequenos (h 500 mm, peso 0,5 kg);
- 10 (dez) cones de sinalização médios, com orifício central para sinalizador (h 750 mm, peso 1,5 kg);
- 06 (seis) cones de sinalização grandes (h 1.100 mm, peso 6 kg - vazio), também conhecido por conão ou canalizador do tráfego, com espaço para lastro de areia ou água;
- 10 (dez) cavaletes de madeira tipo CET;
- 30 (trinta metros de fita para isolamento tipo CET;
- 04 (quatro) bandeiras;
- 200 (duzentos) metros de tela de polietileno reflexiva para sinalização;
- 01 (uma) lona plástica (4x30m);
- 100 (cem) metros de corda com diâmetro mínimo de 12 mm e peso mínimo 100 g/m;
- 20 (vinte) metros de mangueira de nível (5/16");
- 02 Níveis de mão de alumínio com 50 cm;
- 02 Níveis de mão de madeira com 50 cm;
- 02 (duas) duas trenas de aço de 5m x 19mm;
- 01 (uma) trena de Nylon > ou = 30 metros de madeira;
- 06 (seis) rolos de linha de pedreiro;
- 03 (três) prumos;
- 06 (seis) colheres de pedreiro, sendo 2 pequenas, 2 médias e 2 grandes;
- 01 (uma) régua em alumínio com 2,00m;
- 01 (uma) régua em alumínio com 2,50m;
- 01 (uma) régua em alumínio com 3,00m;
- 01 (um) trado manual;
- 02 (duas) cavadeiras;
- 03 (três) vangas;
- 03 (três) chibancas;
- 06 (seis) metros de corrente 5/16";
- 200 m (duzentos metros) de linha de pesca 0,100 para alinhamento de guias;
- 10 baldes plásticos para concreto 12 litros;
- 6 caixas plásticas para argamassa 20 litros.

A lista acima é sugerida, devendo a contratada disponibilizar todas as ferramentas e materiais de sinalização adequados a cada tipo de serviço a ser executado

Todas as ferramentas deverão ser fornecidas pela CONTRATADA, em perfeito estado de uso e devem ser acompanhadas de todos os acessórios para a correta execução das tarefas.

Ferramentas e materiais complementares, para além dos listados acima que se fizerem necessários para a plena execução dos serviços da presente contratação, serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem quaisquer ônus à CONTRATANTE.

As ferramentas e demais materiais necessários à execução dos serviços deverão ser transportados em compartimento apropriado, como por exemplo, caixas de madeira ou baús, entre a cabine e a carroceria dos caminhões, ou em outros veículos adequados, ou reboques.

Somente serão mantidos no local de trabalho equipamentos, máquinas, veículos e equipes enquanto estiverem sendo cumpridas as ordens de serviços, para correta execução dos serviços.

3.5. Uniformes e equipamentos de proteção individual:

- 20 (vinte) uniformes completos (padrão da PMSP);
- 2 (duas) camisetas para identificação do técnico;
- 11 (onze) pares de botas;
- 10 (onze) pares de luvas de raspa de couro;
- 11 (onze) coletes com faixas reflexivas;
- 11 (onze) capacetes;
- 11 (onze) óculos de proteção facial;
- 11 (onze) capas para chuva amarelas, reforçadas.

Caberá à CONTRATADA fornecer, além dos EPI's e EPC's listados anteriormente, todos os demais necessários à execução dos serviços, de acordo com as normas de segurança e normas regulamentadoras vigentes.

Todos os funcionários deverão se apresentar devidamente uniformizados, incluindo todos os equipamentos de proteção individual e coletiva (EPIs e EPCs) para a correta prestação dos serviços.

3.6 Veículos e Equipamentos (incluindo mão de obra, combustível, quilometragem livre e manutenção):

- 01 (um) Caminhão basculante - 4 m3;
- 01 (um) Caminhão com carroceria de madeira, capacidade de 8 toneladas, equipado com guindaste tipo “munck”, capacidade mínima de 3 toneladas;
- 01 (uma) Retroescavadeira sobre rodas com carregadeira, peso operacional mín. 6,674, potência líq 88 hp, com martelo rompedor hidráulico entre 275 a 362 kg, para cada 2 (duas) equipes;
- 01 (um) Furgão longo, teto alto;
- 01 (um) Compressor de ar com martetele rompedor, para cada 2 (duas) equipes;
- 01 (um) Compactador de solos tipo “sapo”, para cada 2 (duas) equipes;
- 01 (uma) Máquina para cortar vergalhões para uso pesado até 5/8”, para cada 2 (duas) equipes;
- 01 (uma) Serra circular para corte de concreto profundidade mínima 13 cm, para cada 2 (duas) equipes;

Os veículos, caminhões e equipamentos deverão estar sempre à disposição das equipes, conforme a necessidade de trabalho.

A ausência ou o mau funcionamento dos veículos/equipamentos exigidos desde que impeçam o trabalho da equipe como um todo ensejará a recusa da equipe, configurando ausência injustificada para fins de desconto do valor da equipe/dia e aplicação da penalidade prevista na minuta do termo de contrato.

A empresa detentora se obriga a socorrer os veículos/equipamentos que apresentarem defeito ou sofrerem acidente, consertando-os no próprio local, quando possível, ou então substituí-los de imediato a critério da fiscalização da Unidade Requisitante.

Obriga-se a empresa contratada a substituir, durante a vigência dos contratos, os veículos/equipamentos que ultrapassarem 10 (dez) anos de fabricação.

Os veículos deverão utilizar o sistema de rastreamento e monitoramento do tipo GPS, nos termos da Portaria nº 24/SMSP /2018, apresentando relatório dos itinerários à Fiscalização.

No caso da ocorrência de apreensão ou remoção de algum veículo/equipamento, as despesas decorrentes da retirada, guincho e outras, correrão por conta da empresa detentora, sem prejuízo da sua pronta substituição.

3.7. ESPECIFICAÇÕES GERAIS

- Todas as ferramentas, equipamentos, acessórios, uniformes e material de sinalização deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação, sendo substituídos sempre que necessário, e transportados conforme necessidade diária dos serviços.
- A Equipe terá, necessariamente, que contar com todos os funcionários, devidamente uniformizados, incluindo botas, capacetes e demais equipamentos para a correta prestação dos serviços cujo padrão e cor deverão seguir a Portaria nº15/SMSP/2010.
- Nos trabalhos em vias públicas, os funcionários deverão obrigatoriamente usar faixas refletivas na indumentária, e demais itens de segurança previstos e recomendados por lei e/ou normas pertinentes ao objeto, sendo de única e exclusiva responsabilidade da contratada o seu cumprimento.
- **O não comparecimento da Equipe, ou na IMPOSSIBILIDADE de a mesma trabalhar normalmente (ir para campo atender as OS), acarretará sanções à empresa contratada, de acordo com o estabelecido na minuta do termo de contrato.**
- Os veículos, equipamentos, ferramentas, material de sinalização, uniformes e equipamentos de proteção individual, relacionados neste memorial, bem como o que for necessário ao bom desempenho dos serviços, serão fornecidos pela empresa detentora.
- A contratada deve ater-se no atendimento da NR18 e NR24 e outras legislações vigentes quanto às condições sanitárias e de conforto dos funcionários, fornecendo Banheiros Químicos, e outros materiais como papel higiênico, sabonete, água, copos e etc.
- Atender à legislação vigente quanto ao SGZ (Sistema de Gerenciamento de Zeladoria) quanto às fotos dos serviços executados: foto antes, durante e depois da execução, bem como serem tomadas do mesmo ponto de referência, registrando de maneira objetiva os serviços executados, e devem ainda serem proporcionais a área de intervenção de modo a comprovar os serviços em toda a sua extensão, a fim de demonstrar o antes, durante e depois da execução dos serviços.
- Os resíduos oriundos dos serviços deverão ser recolhidos e retirados imediatamente após a conclusão dos trabalhos, não podendo permanecer no local após o término da jornada de trabalho. A descarga dos resíduos deverá ser efetuada pela empresa contratada em local indicado pela Subprefeitura Guaianases.
- A equipe poderá ser desmembrada, a critério da fiscalização, para atendimento de serviços em locais distintos, desde que mantido o acompanhamento pelos responsáveis.
- Deverão ser disponibilizados, e mantidos permanentemente à disposição, pela CONTRATADA, aparelhos de rádio comunicação, devidamente homologados pela Anatel ou aparelhos celulares, à razão de 01 (um) aparelho para cada técnico de edificação, por equipe, 01 (um) aparelho para cada fiscal do contrato da Contratante e de 01 (um) aparelho para cada motorista.
- Ficam vedadas a cessão, transferência total ou parcial dos serviços e a subcontratação total dos trabalhos.

3.8. PRAZO DO CONTRATO: 12 (doze) meses contados a partir da data a ser definida na Ordem de Início dos Serviços, podendo ser prorrogado, por iguais ou menores períodos, desde que haja interesse das partes e seja

respeitado o limite máximo permitido pela Lei 14.133/2021. (Previsão de Início em 01/06/2026).

3.8. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: serão prestados os serviços para a SUBPREFEITURA GUAIANASES/ Coordenadoria de Projeto e Obras, junto à STM - Supervisão Técnica de Manutenção.

3.9. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: Os serviços serão prestados nos locais indicados pela Subprefeitura Guaianases e, para tanto, a equipe deverá apresentar-se à:

Rua Luís Mateus, 1.505 – Jardim São Pedro - São Paulo - SP - CEP 08420-750.

4. Requisitos da contratação

4.1 Sustentabilidade

Manter política de boas práticas ambientais e observar as práticas do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2. Responsabilidades socioambientais.

- Observar a legislação vigente sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do IBAMA, CONAMA e Secretaria do Meio Ambiente/SP;
- Manter programa interno de autofiscalização da correta manutenção dos veículos que estiverem vinculados ao Contrato, quanto à emissão de fumaça preta, sob pena de rescisão contratual;
- Utilizar veículos movidos a combustíveis que causem menor impacto ambiental, visando a redução efetiva de emissões poluidoras à atmosfera.

4.3. Subcontratação

Não será permitida a subcontratação

4.4 Garantia da contratação

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato nas condições descritas nas cláusulas do contrato.

A garantia deverá ser reforçada no caso de prorrogação(ões) contratual(is).

A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.5 Obrigações e responsabilidades da contratada.

Sem prejuízo das disposições das cláusulas e em cumprimento às suas obrigações contratuais, além das decorrentes de Lei e de normas regulamentares, constituem obrigações específicas da Contratada as descrições detalhadas nos subtópicos discriminados a seguir:

- a) Executar as atividades dentro do prazo acordado com os respectivos materiais relacionados neste Termo de Referência nos horários estabelecidos pelo CONTRATANTE;
- b) Responsabilizar-se integralmente pela qualidade dos serviços fornecidos, cumprindo as disposições legais;
- c) Designar por escrito, no ato do recebimento da Ordem de Início, preposto(s) que tenha(m) poder(es) para resolução de possíveis ocorrências durante fornecimento dos serviços;
- d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- e) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Disponibilizar equipe, veículo e ferramentas após o recebimento da Ordem de Início dos serviços, nos locais e horários fixados pela Contratante, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo que a impossibilite de assumir os serviços conforme o estabelecido;

- g) A contratada obriga-se a manter ficha diária dos serviços executados, conforme modelo a ser fornecido pela Administração, da qual constarão os horários de apresentação e de dispensa, nº da O.S. de SGZ, bem como qualquer ocorrência;
- h) Gera presunção de pleno e cabal conhecimento por parte da contratada qualquer registro que venha a ser feito no documento citado, o qual deverá ser juntado nos processos de liquidação e pagamento do período respectivo.
- i) Um profissional engenheiro civil deverá atuar como responsável técnico dos serviços a serem contratados.

4.5.1 Para a(s) equipe(s):

Responsabilizar-se pela equipe alocada na instalação e nos trâmites de segurança do trabalho requisitados pelo local;

A Contratada deve observar a legislação trabalhista, inclusive quanto à jornada de trabalho e outras disposições previstas em normas coletivas da categoria profissional;

A contratada deverá fornecer e exigir de seus funcionários o uso de uniformes e todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor e outros solicitados pela Fiscalização;

Manter os seus empregados identificados por crachá quando do fornecimento dos materiais e da execução dos serviços;

Todas as ferramentas, equipamentos, acessórios, uniformes e material de sinalização deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação, sendo substituídos sempre que necessário;

A contratada deverá fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor e outros solicitados pela Fiscalização;

A Contratada será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por ele praticados, responsabilizando-se, ainda, por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros, durante a prestação dos serviços à PREFEITURA;

A Contratada se obriga a afastar ou substituir, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para a PREFEITURA, qualquer empregado de seu quadro, que, por sua solicitação, não deva continuar a participar da prestação dos serviços;

Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

Observar a legislação pertinente aos serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho, relativos aos trabalhadores sob o contrato, responsabilizando-se integralmente por eventuais ocorrências inerentes à matéria;

Responsabilizar-se pela disciplina de seus empregados durante a jornada de trabalho e comprometer-se com que os mesmos mantenham o devido respeito e cortesia no relacionamento com o pessoal da Contratante.

4.5.2 Para o(s) veículo(s):

Manter a idade máxima do caminhão em 10 (dez) anos, sendo que este deverá ser substituído no momento oportuno, tendo como referência o ano de fabricação constante do documento do veículo. No caso de não ser substituído, ficará a empresa sujeita às penalidades previstas na cláusula do Termo de Contrato – Parte integrante do Edital;

Encaminhar, Certificado de Registro de Veículo (CRV) e o Certificado de Licenciamento de Veículo (CRLV) atualmente o CRLV-e, do veículo disponibilizado para a prestação dos serviços;

Manter o veículo coberto por apólice de seguro total, abrangendo acidentes, furto, roubo, incêndio e terceiros, incluindo a franquia, devidamente regularizadas e licenciadas. As apólices de seguro dos Equipamentos deverão ser apresentadas quando solicitadas pela Contratante;

Caso o veículo venha a ser utilizado em serviços particulares de responsabilidade da contratada, fora do horário de trabalho previsto no contrato, as placas ou adesivos da PMSP, deverão ser tapados ou removidos, sob pena de multa de no mínimo 1% do valor do contrato, para cada vez que houver o descumprimento desta regra;

A contratada se obriga a utilizar placas nos equipamentos com os dizeres “A Serviço da Subprefeitura Guaianases” e telefone para reclamações. Os desenhos, cores e dimensões exatas obedecerão ao modelo da PMSP.

- A placa de identificação do caminhão deverá obedecer aos padrões da PMSP.

A contratada deverá possuir e manter em perfeito funcionamento o dispositivo de monitoramento e rastreamento GPS;

Para os serviços prestados dentro de São Paulo, observar a legislação vigente quanto ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em uso. A contratada deve manter o caminhão destinado a este contrato devidamente aprovado na inspeção veicular, caso venha a ser obrigatório por legislação vigente;

A Contratada deverá disponibilizar veículo abastecido em sua capacidade máxima, em perfeitas condições de segurança, higiene e limpeza.

4.6. Obrigações e responsabilidades do contratante.

A CONTRATANTE se compromete a executar todas as obrigações contidas no Termo de Referência – Anexo do Edital, cabendo-lhe especialmente:

- a) Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que a regem;
- b) Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
- c) Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços contratados, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança;
- d) Exercer a fiscalização dos serviços, indicando formalmente, o gestor e/ou fiscal para acompanhamento da execução contratual, inclusive no que tange a mão de obra que o integra, acompanhando a sua presença, fornecimento dos materiais, manutenção e etc, realizando a supervisão das atividades desenvolvidas pela contratada e efetivando avaliação periódica;
- e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
- f) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato.
- g) Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas.
- h) Exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação
- i) Indicar e formalizar o(s) responsável(is) pela fiscalização do contrato, a quem competirá o acompanhamento dos serviços, nos termos da Lei Federal 14.133/2021
- j) Atestar mensalmente a execução e a qualidade dos serviços prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal Fatura a ser apresentada pela CONTRATADA, para fins de pagamento;
- k) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da contratada que embaraçar ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, bem assim a substituição de equipamentos, que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas;
- l) Para a execução deste contrato, nenhum das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

-

-

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto decorrente desta licitação será formalizada através de **Contrato**.

5.1.1. Início da execução dos serviços: **Ordem de início** com data prevista para o início.

5.2. Os serviços serão prestados nos **locais e horários**, nas quantidades e nas frequências relacionadas.

5.3. O horário de apresentação da equipe no local da execução do serviço deverá anteceder no mínimo **15 (quinze)** minutos ao horário programado da execução do(s) serviço(s).

5.4. Os membros da equipe deverão estar devidamente uniformizado, portando crachá de identificação individual, com aparência pessoal adequada, e estar munidos de ferramentas para execução da(s) tarefa(s);

a) o veículo contratado deverá ser devidamente abastecido;

b) controlar as requisições de serviços recebidas do Contratante; e

c) excepcionalmente, poderá haver solicitação de serviços fora dos dias e horários estabelecidos, mediante requisição prévia do Contratante.

5.5. Dos horários de trabalho:

- Os serviços deverão ser executados diariamente pela CONTRATADA, exceto aos domingos e feriados, atuando em jornada regular de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e turno diário de segunda a sexta feira, com 9 (nove) horas, das quais 8 (oito) horas efetivamente trabalhadas e uma hora de intervalo para refeição e descanso. Aos sábados, o turno diário será de 4 (quatro) horas.
- Se necessário for e a critério da CONTRATANTE, poderá ser solicitada a execução dos serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, desde que comunicada previamente à CONTRATADA. Em decorrência desse fato, será admitida a concessão de folga a fim de compensação por eventual jornada extra.
- Para fins do disposto, a CONTRATADA deverá submeter à CONTRATANTE, a escala de folgas decorrentes de trabalho em jornada estendida e dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente.
- Os horários de trabalho acima mencionados referem-se ao período da efetiva disponibilização das equipes para os serviços, não podendo ser computado o tempo de percurso de transporte dos funcionários da empresa até a unidade CONTRATANTE, bem como da unidade CONTRATANTE até a empresa.

Condições de Recebimento do objeto

5.6. O objeto da contratação será recebido pela contratante provisoriamente e definitivamente consoante o disposto art. 140 da Lei Federal nº 14.133 e art. 141, inciso II, do Decreto Municipal nº 62.100/22.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

Rotinas de Fiscalização

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

O contrato estará sob a gestão de CPO, sendo a fiscalização exercida pela Coordenadora de Projetos e Obras, substituída em sua ausência, Supervisor Técnico de Manutenção.

6.8. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal designado deverá providenciar Planilha de Medição para avaliar a qualidade e quantidade dos serviços, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.9. O fiscal do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a Planilha de Medição.

6.10. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.11. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade

6.13. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (art. 119 da Lei no 14.133, de 2021).

6.14. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (art. 120 da Lei no 14.133, de 2021).

6.15. O Fiscal do contrato, juntamente com seu administrativo são responsáveis por instruir processo de pagamento de acordo com Portaria SF 170/2020.

6.16. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (art. 121 da Lei no 14.133, de 2021).

6.17. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (§1 do art. 121 da Lei no 14.133, de 2021).

6.18. A Gestão e Fiscalização dos Contratos serão realizadas de acordo com os artigos 118 e 120 do Decreto 62.100/2022.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de **Planilha de Medição**.

7.1.1. As medições serão parciais (mensais), após verificação da documentação disponibilizada pela CONTRATADA e dos quantitativos devidamente comprovados através de **Relatório Mensal** contendo os serviços executados, conforme **Fichas Diárias de Produção**.

7.1.1.1. O Fiscal do Contrato emitirá Planilha de Medição que deverá ser assinada pelo Fiscal (PMSP), Contratante (Preposto) e Gestor do Contrato (PMSP), com identificação legível.

7.1.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.2.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1.3. Nota Fiscal: só poderá ser emitida após aprovação dos documentos e emissão da Planilha de Medição pela fiscalização do contrato.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **até 02 (dois) dias**, pelo fiscal e/ou suplente, mediante termos detalhados (Ateste de Recebimento - SEI). ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Art. 141, I, a do Decreto nº 62.100, de 2022](#)).

7.2.1. O prazo da disposição acima será contado do **recebimento do objeto juntamente com a solicitação de pagamento** oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.2.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços/material até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no **Recebimento Provisório**. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.2.3. Os serviços e/ou materiais poderão **ser rejeitados, no todo ou em parte**, quando em desacordo com as especificações constantes neste **Termo de Referência** e na **Proposta (Anexo I - Edital)**, **sem prejuízo** da aplicação das penalidades.

7.3. Os serviços serão **recebidos definitivamente** no prazo de **até 30 (trinta) dias**, contados do **ÚLTIMO** recebimento provisório. Será confeccionado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e/ou materiais, e consequentemente aceitação mediante emissão do **TERMO DEFINITIVO DETALHADO**.

7.3.1. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nas **medições anteriores e baixa contábil**.

7.4. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.5. O **recebimento provisório ou definitivo** não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação e Pagamento

7.6. Se o contrato não contiver **definição do dia do vencimento da obrigação**, a unidade orçamentária adotará, como data de vencimento, **30 (trinta) dias corridos contados a partir da data de entrega da documentação pela contratada**, nos termos do [art. 142º, do Decreto Municipal 62.100/2022](#).

7.7. Para fins de liquidação, o setor competente deverá atender [Portaria S.F. nº170 de 2020](#).

Forma de pagamento

7.8. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, Banco do Brasil agência e conta corrente indicados pelo contratado nos termos do [Art 1º do Decreto Municipal 51.197/2010](#) salvo as situações excepcionais constantes do artigo 1º, §1º de SF Nº 9 de 12 de Janeiro de 2021.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de Fornecimento

8.2 O regime de execução do contrato será **Parcelado**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3.1. Habilitação jurídica

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional - Certidão de Regularidade de Débitos Relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais (CND-Federal);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CND-T);

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado (CND-Estadual);

Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à atividade em cujo exercício contrata ou concorre (Dívida Ativa);

Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante (Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo);

No caso de a licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, ou a que suceder;

Prova de regularidade em relação à Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre (CND-Municipal);

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

Prova de Regularidade perante o Cadin Municipal.

Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

8.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 60 dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#)).

8.3.4. Qualificação Técnica

- a) Registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA em plena validade, compatível com o objeto licitado.
- a.1) No caso de a empresa licitante ou responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA do Estado de São Paulo, deverão ser providenciados os respectivos vistos junto à entidade regional por ocasião da assinatura do contrato.
- b) Capacidade técnico profissional: Comprovação de possuir no seu quadro permanente, na data de apresentação da proposta, profissional(ais) de nível superior detentor(es) de atestado(s) ou certidão(ões) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado acompanhado(s) do(s) respectivo (s) Certificado(s) de Acervo Técnico – CAT, expedido(s) pelo(s) CREA(s)/CAU(s) da (s) região(ões) onde o(s) serviço(s) realizado(s) pertinente(s) e compatível(is) com o objeto , em vias públicas.
- c) Atestado(s)/certidão(ões) de capacidade técnico operacional em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa (s) jurídica(s) de direito público ou privado que comprove(m) ter prestado serviços de natureza pertinente e compatível, no mínimo de 50% do objeto licitado, indicando o período da entrega, quantidades entregues e caracterização do bom desempenho da licitante.
- c1) Atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito privado. Fica reservado a comissão de licitações a execução de diligências bem como a solicitação de documentos complementares como notas fiscais, contratos e outros documentos a fim de comprovar a veracidade dos documentos apresentados
- c2) A comprovação da capacidade de fornecimento mencionada no item anterior poderá ser feita pela soma de atestados.
- c3) A(s) certidão(ões) ou atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado original ou por cópia reprográfica autenticada, assinado por autoridade ou representante legal de quem os expediu, com a devida identificação, não lhe(s) sendo exigido(s) prazo(s) de validade.

Não será admitida a participação de cooperativas.

Para o referido fornecimento, não será permitida a formação de consórcio: A vedação de participação de pessoas jurídicas consorciadas é exceção descrita no artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/21. Para tanto, esta Administração entende que a participação de consórcios na presente licitação não garante aumento de competitividade e não trará prejuízos ao certame, haja vista que existem inúmeras empresas no mercado que têm ampla capacidade de fornecer o objeto da licitação em epígrafe. Diante dos fatos, não vislumbramos restrição à competitividade, economicidade e moralidade.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 7.786.980,48

9.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 7.786.980,48**, conforme item 01 Definição do objeto.

9.2. Média de preços, sendo:

PESQUISA DE MERCADO	
SUBPREFEITURA	VALOR EQUIPE

VILA MARIANA	R\$ 165.361,55
CIDADE ADEMAR	R\$ 154.334,65
ITAQUERA	R\$ 150.850,03
ITAIM PAULISTA	R\$ 178.368,80
PREÇO MÉDIO -TOTAL / 4	R\$ 162.228,76

9.3 Valor mensal: R\$ 162.228,76 x 4 equipes: R\$ 648.915,04

- **O custo estimado total da contratação é de *R\$ 7.786.980,48*:**

R\$ 648.915,04 (04 equipes) x 12 meses

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura do Município de São Paulo/ Subprefeitura Guaianases.

10.2. Os recursos necessários para suporte do contrato, onerarão as dotações orçamentárias:

68.10.15.452.4021.2.339.33903900.00.1.500.9001.0

Projeto/Atividade: 2339 - Manutenção e Operação no Serviço de Guias e Sarjetas (Vias e Logradouros)

11. Adendo de Penalidades

Penalidades a serem inclusas na Cláusula 10 contrato

Com fundamento no artigo 156, incisos I a IV, da Lei 14.133/21, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas abaixo, com as seguintes penalidades:

- a. advertência;
- b. impedimento de licitar e contratar; ou
- c. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades pecuniárias:

- Multa por dia de atraso na apresentação da equipe para início do contrato: 1,0 % (um inteiro por cento) por dia sobre o valor do contrato, até o máximo de 10 (dez dias). O atraso superior a 10º dias, poderá ensejar a imediata rescisão contratual por culpa da contratada, com aplicação de pena de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, além da aplicação da pena de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos, a critério da contratante.
- Multa por ausências injustificadas dos funcionários ou equipamento: 100% do valor do dia trabalhado (8 horas), além do respectivo desconto das horas não trabalhadas.

- As ausências injustificadas dos funcionários ou equipamentos superiores ao correspondente a 20% do período estipulado na ordem de serviço serão consideradas inexecução parcial do contrato. Quando o funcionário se dirigir ao usuário de forma desrespeitosa, recusar-se a executar o trabalho previsto ou, não executar a contento o serviço que lhe foi determinado, caberá à contratada pena de advertência expressa e na reincidência, multa de 3,0% (três por cento), incidente sobre o valor do faturamento mensal correspondente a equipe, sem que o possa retornar a prestar serviços na Contratante, devendo a contratada substituí-lo de imediato.
- No caso de inexecução parcial do contrato, poderá ser promovida, a critério exclusivo da contratante, a rescisão contratual por culpa da contratada, aplicando-se a pena de multa de 10% (dez por cento) do valor total estimado do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, a critério da contratante.
- No caso de inexecução total do contrato, caberá multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre seu valor total estimado, e, a critério da contratante, aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, a critério da contratante.
- As penalidades são independentes entre si e a aplicação de uma não exclui a de outras.
- Deverão ser observadas as penalidades descritas no Termo de Referência, anexo II deste Edital.
- Se, por qualquer meio, independentemente da existência de ação judicial, chegar ao conhecimento do gestor do contrato uma situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, tais como salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, entre outros, previstos em lei ou instrumento normativo da categoria e constantes na planilha de composição de custo, caberá a autoridade apurá-la e, se o caso, garantido o contraditório, aplicar à contratada multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor da parcela não executada, pelo descumprimento de obrigação contratual e, persistindo a situação, o contrato será rescindido.
- Havendo comunicação de desinteresse da CONTRATADA em prorrogar o contrato após o prazo de 90 dias, estará sujeita à multa de:
 - a) 5% (cinco por cento) do valor do contrato, se ocorrida a comunicação entre o 60º e o 89º dia antes do término do contrato;
 - b) 10% (dez por cento) do valor do contrato, se ocorrida a comunicação entre o 20º e o 59º dia antes do vencimento do contrato;
 - c) 15% (quinze por cento) do valor do contrato, se ocorrida a comunicação a partir do 19º dia antes do vencimento do contrato até o seu termo
- A Contratante, por conveniência e oportunidade, poderá converter a multa pecuniária, não superior a R\$ 200,00 (duzentos reais), em advertência, uma única vez a cada 6 (seis) meses, a contar da data da conversão da aplicação da penalidade, mantendo-se o cômputo de pontos;
- O valor da (s) multa (s) poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.
- Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, quando exigida.
- Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.
- Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.
- Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo 139, incisor I e IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
- Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALBERTO NADDEO NETO

CPO - Coordenador

FERNANDO VICENTE

STM - Supervisor

MARIA DA CONCEICAO XAVIER

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 15/04/2026 às 12:09:23.